

FUNDAÇÃO FERREIRA FREIRE

ERPI | CD | SAD

www.fffreire.pt | geral@fffreire.pt

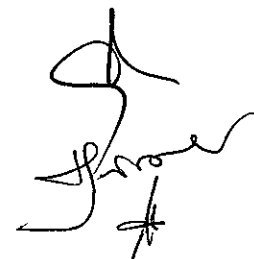
RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2018

Registo n.º 30/85, na Direção Geral da Segurança Social – D.R. n.º 82, III Série, de 07/04/92 / NIPC 500848653

Tele(f) (m) 239 961242 / 917628907 / Fax. 239 964372- Largo Ferreira Freire, nº 1- 3060-522 Portunhos





EXERCÍCIO DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nos termos dos estatutos da Instituição, o Conselho de Administração submete ao parecer do Conselho Fiscal, o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2018.

Valências de Lar de Idosos, ERPI II, Apoio Domiciliário e Centro de Dia

Durante o exercício de 2018, todas as valências referidas, se mantiveram em actividade total. No Lar de Idosos, foram admitidos 23 utentes, sendo 7 do sexo masculino e 16 do sexo feminino. As saídas foram de 21, correspondentes a 6 masculinos e 15 femininos.

Em 31 de Dezembro de 2018, a valência era frequentada por 94 utentes, sendo 23 homens e 71 mulheres. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 87 utentes.

A média de idades dos 94 utentes em de 31 de Dezembro de 2014, era de 85 anos, de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 69 anos	3 utentes
De >70 <79 anos	17 utentes
De >80 <89 anos	51 utentes
> 90 anos	23 utentes

O Apoio Domiciliário, no começo do exercício em análise, era frequentado por 11 utentes sendo em Dezembro a assistência prestada também a 11, com 4 masculinos e 7 femininos. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 15 utentes.

A média de idades dos 11 utentes em de 31 de Dezembro de 2018, era de 85 anos, tendo o mais novo 81 e o mais idoso 91.

A valência de Centro de Dia, no início de 2018, era frequentada por 14 utentes sendo em Dezembro a assistência prestada a 13, sendo 7 masculinos e 6 femininos. O acordo de cooperação com o CDSSS – Coimbra, abrange 8 utentes.

A média de idades dos 13 utentes em de 31 de Dezembro de 2018 era de 84 anos, de harmonia com a seguinte classificação etária:

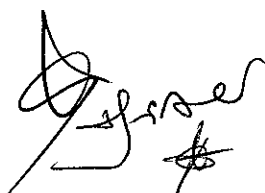
< 79 anos	2 utentes
De >80 <89 anos	10 utentes
> 90 anos	1 utente

A ERPI II em Janeiro de 2018 contava com 15 utentes, e em 31 de Dezembro era também frequentada por 15, sendo 14 femininos e 1 masculino. A média de idades era de 85 anos de harmonia com a seguinte classificação etária:

< 79 anos	3 utentes
De 80 > 89 anos	8 utentes
> 90 anos	4 utentes

Accções de formação para funcionários

Na continuidade da determinação do Conselho de Administração, na manutenção, preservação e desenvolvimento da qualidade dos serviços prestados a todos os utentes da Instituição, não só em termos das condições proporcionadas pelas instalações existentes, como também pelo grau de capacidade, dedicação e profissionalismo dos seus funcionários, durante o ano de 2018 e a exemplo do que tem vindo a suceder nos anos anteriores, foram promovidas várias acções de formação: gestão emocional e saúde mental; RGPD; cuidados de higiene à pessoa idosa; segurança e higiene no trabalho e medidas de autoproteção entre outras.



Recursos Humanos

Durante o exercício de 2018, foram admitidas 4 ajudantes de ação direta, 4 trabalhadoras auxiliares, 3 enfermeiros, 1 ajudante de cozinheiro e 1 técnica superior de serviço social. Em termos de saídas, deixaram a instituição 3 ajudantes de ação direta, 2 enfermeiros, 2 trabalhadoras auxiliares e 3 ajudantes de cozinheiro. Em 31 de Dezembro, o quadro de pessoal da Instituição contemplava 84 trabalhadores, acrescendo ainda em regime de prestação de serviços 2 médicos e 1 advogado, além de 1 Contrato Emprego Inserção através do IEFP.

Receitas Próprias – Mensalidades dos utentes e outras

As prestações de serviços consignadas nas mensalidades recebidas dos utentes, comparativamente ao exercício anterior, tiveram um aumento de 3,8% (959.968,84 € / 923.662,11 €).

Estando a fixação do valor das mensalidades definida e orientada pela entidade tutelar, a verdade é que tal prática se reveste de manifesta insuficiência para a manutenção do grau de qualidade dos serviços prestados que importa salvaguardar e manter.

Assim sendo, o Conselho de Administração tem procurado, de modo justo e equilibrado, fixar as mensalidades dos utentes admitidos, utilizando o valor de referência indicado no protocolo firmado entre a CNIS e a Segurança Social, valor este que serve de base aos cálculos para o apuramento das mensalidades dos utentes a admitir. Sendo certo que sempre haverá situações pontuais, que merecerão tratamento diferenciado, a base será o valor referência do protocolo referido.

Investimentos

No decurso do exercício de 2018, foi investida a quantia de € 10.074,84 de harmonia com as verbas inscritas no quadro seguinte:

RUBRICAS	2018	2017
Edifícios e outras const.		
Equipamento básico	4.719,80	15.605,61
Equipamento de transporte		
Equipamento administrat.	1.267,42	1.137,77
Outros act. fixos tangíveis	4.087,62	9.346,22
Programas de computador		621,64
Total	10.074,84	26.711,24

Análise da situação económica e financeira

Análise da situação económica

O resultado líquido do exercício cifrou-se num valor negativo de 1.957,82 €, melhorando relativamente ao do ano anterior que tinha apresentado um resultado também negativo de 6.037,85 €.

Com vista a melhorar a tesouraria mensal e reduzir os juros pagos, em abril do corrente ano foram renegociados e agregados num só, os empréstimos contraídos junto da CCAM em março de 2014 no valor de 300.000,00 € e maio de 2017 no valor de 150.000,00 €.

O novo empréstimo, no valor de 268.000,00 €, foi celebrado pelo prazo de 48 meses, sendo o valor em dívida à data de 31 de dezembro de 219.887,40 €.

Rendimentos

RUBRICAS	2018	2017
Vendas		
Prestação de serviços	961.139,90	923.662,11
Subsídios à exploração	838.203,18	838.378,83
Outros rendimentos e ganhos	165.372,78	159.437,17
Juros, dividendos e outros		
Total	1.964.715,86	1.921.478,11

Gastos

RUBRICAS	2018	2017
CMVMC	304.975,69	263.276,67
Fornecimentos e serviços externos	277.981,57	360.530,18
Gastos com o pessoal	1.260.064,18	1.173.739,94
Amortizações e ajustamentos	114.127,87	117.062,65
Provisões		
Outros gastos e perdas	2.415,84	3.152,30
Juros e gastos similares suportados	7.108,53	9.754,22
Total	1.966.673,68	1.927.515,96

Face a 2017, verifica-se uma redução na soma dos CMVMV e FSE, mas que foi insuficiente para compensar o aumento ocorrido com os gastos com pessoal.

A preocupação manifestada nos relatórios dos exercícios anteriores, respeitante à relação entre o valor dos gastos com o pessoal (1.260.064,18 €) e as participações da Segurança Social (831.776,45 €), voltou a agravar-se neste exercício, sendo aqueles superiores em 1,51. No exercício anterior havia sido de 1,4, em 2016 de 1,36 e em 2015 de 1,27, constatando-se assim um aumento do desequilíbrio de ano para ano, facto que se tem vindo a refletir nas contas anuais da instituição.

Verifica-se pois que o Estado tem vindo a descurar a sua obrigação de apoiar convenientemente as instituições que o substituem na obrigação da prestação destes serviços de solidariedade social, devido em grande parte à atualização obrigatória de salários mínimos sem que se verifique a correspondente atualização das participações mensais às IPSS, facto que a curto/médio prazo não se vislumbra que venha a ser alterado. Constata-se também que os clientes que ingressam na Fundação são cada vez mais dependentes e com necessidades especiais, necessitando de mais tempo e cuidados por parte dos funcionários, o tem obrigado a Fundação a um reforço da estrutura de recursos humanos.

Em função deste agravamento anual, a Fundação regista resultados líquidos negativos há 3 exercícios consecutivos (situação nunca antes verificada), sendo que neste exercício de 2018, apesar de ser o menor dos 3, o seu valor ficou a dever-se em grande medida a resultados extraordinários, nomeadamente com a obtenção de mais-valias no valor de quase 24.500 euros com a venda de ativos fixos tangíveis não produtivos e sem interesse estratégico para os fins da instituição. Expurgados estes valores e o resultado de 2018 teria sido bastante próximo dos 30 mil euros negativos.

Acresce também, como já referido, o facto de o valor das mensalidades serem orientadas pela entidade tutelar, não podendo a Fundação atualizar os valores como seria desejável e necessário, até porque, grande parte dos clientes não têm rendimentos que o permitissem fazer.

Todas estas condicionantes são uma preocupação acrescida para o Conselho de Administração da Fundação, que terá de procurar soluções no sentido de diminuir custos e manter a elevada qualidade dos serviços prestados aos clientes, qualidade essa que é o que distingue e diferencia a Fundação face às suas congéneres da região.

Análise da situação financeira

Em termos financeiros e de tesouraria, conforme se verifica pelo quadro de indicadores, a situação não apresenta grandes diferenças com o ano anterior.

INDICADORES	2018	2017
Liquidez geral	0,59	0,57
Liquidez reduzida	0,36	0,35
Autonomia financeira	0,80	0,78
Rentabilidade do activo	-0,01%	-0,2%
VAB	1.372.234€	1.284.765€

Gestão da Qualidade

Além da certificação pela norma ISO 9001:2015, no corrente ano, a Fundação viu reforçada a sua certificação em termos de gestão da qualidade segundo os manuais da Segurança Social, passando do nível “B” para o nível “A”, facto que muito nos honra, orgulha e que poucas instituições a nível nacional têm reconhecido.

No entanto, o empenho dos colaboradores, e o dispêndio financeiro necessário para conseguir e manter tal distinção, sendo certo que permitiu melhorar os serviços prestados, não é diferenciador junto das entidades oficiais, estando a Fundação na mesma posição que todas as outras IPSS nível de concursos, protocolos e/ou outras colaborações.

Fica a questão de se saber se no futuro, a falta de diferenciação de tratamento justificará a manutenção de tal esforço com as duas certificações.

Factos Relevantes

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante para a Instituição, suscetível de registo neste relatório.

Nota Final

O Conselho de Administração deseja expressar o seu melhor reconhecimento ao Centro Distrital de Coimbra do Instituto de Segurança Social, IP, pela maneira colaborante com que tratou a Instituição, tornando mais acessíveis os contactos que foram sendo solicitados, de modo a simplificar e promover maior celeridade na resolução dos diferentes e importantes assuntos que foram surgindo.

À Câmara Municipal pelo apoio prestado e disponibilidade sempre presente para a resolução de todas as questões, quer com as obras para a nova estrutura, quer com as valências já existentes.

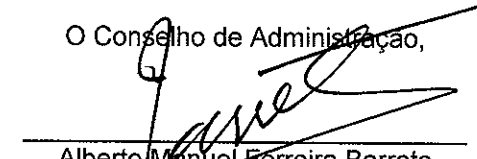
Ao Conselho Fiscal, manifesta-se o reconhecimento do Conselho de Administração, pela forma interessada e pela colaboração com que tem seguido a actividade da Instituição.

À Direcção Executiva, para que continue a desenvolver um trabalho que permita manter e reforçar a qualidade dos serviços desenvolvidos e, com isso, o reconhecimento da Fundação junto de todos como prestadora de serviços de excelência.

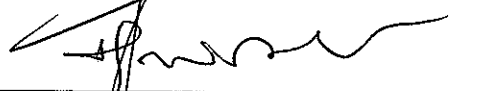
Aos trabalhadores e colaboradores que contribuíram, com o seu profissionalismo e grande dedicação, para o desempenho da Instituição em área tão sensível como a de prestação de serviços a pessoas idosas, o que tem merecido diversas referências elogiosas provenientes de utentes e seus familiares, o Conselho de Administração deseja expressar o seu melhor agradecimento.

Portunhos, 27 de Fevereiro de 2019

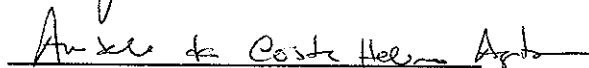
O Conselho de Administração,



Alberto Manuel Ferreira Barreto
Presidente



João Pedro Lopes da Silva
Vice-Presidente



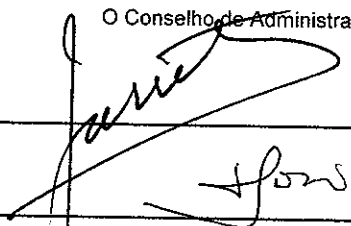
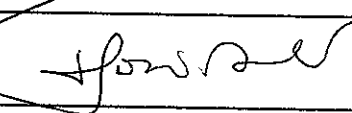
Anabela da Costa Heleno Agostinho
Vice-Presidente

Fundação Ferreira Freire
Demonstração de Resultados do Exercício de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		961.139,90	923.662,11
Subsídios, doações e legados à exploração	10	838.203,18	838.378,83
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo da mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-304.975,69	-263.276,67
Fornecimentos e serviços externos		-277.981,57	-360.530,18
Gastos com o pessoal	12	-1.260.064,18	-1.173.739,94
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			25.000,00
Outros rendimentos e ganhos		165.372,78	134.437,17
Outros gastos e perdas		-2.415,84	-3.152,30
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		119.278,58	120.779,02
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-114.127,87	-117.062,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiam,ento e impostos)		5.150,71	3.716,37
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	6	-7.108,53	-9.754,22
Resultado antes de impostos		-1.957,82	-6.037,85
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		-1.957,82	-6.037,85

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

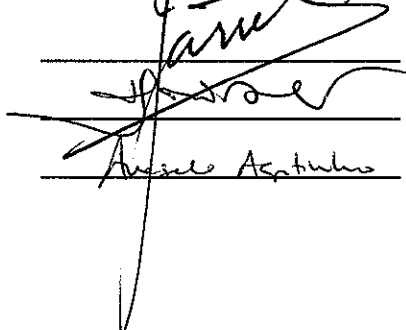


Anesete Aguiar



Fundação Ferreira Freire
Balço em 31 de Dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3,4	2.640.237,38	2.770.692,24
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis	3,5	495,47	1.165,94
Investimentos financeiros	3	9.302,10	8.742,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Outro créditos e ativos não correntes			
		2.650.034,95	2.780.600,78
Activo corrente			
Inventários	3,7,14	75.492,42	76.181,12
Créditos a receber	3	35.604,40	31.377,44
Estado e outros entes públicos		7.396,12	10.523,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Diferimentos		7.600,06	7.615,44
Outros ativos correntes		3.123,03	
Caixa e depósitos bancários	3,11	86.932,41	78.002,15
		216.148,44	203.699,40
Total do activo		2.866.183,39	2.984.300,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1.847.459,55	1.847.459,55
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		240.163,96	246.201,81
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10	225.292,02	245.889,49
		2.312.915,53	2.339.550,85
Resultado líquido do período		-1.957,82	-6.037,85
Total dos fundos patrimoniais		2.310.957,71	2.333.513,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			4.087,85
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	3,6,11	219.887,40	288.693,61
Outras contas a pagar			
		219.887,40	292.781,46
Passivo corrente			
Fornecedores	3,11	49.590,98	59.396,95
Estado e outros entes públicos		54.597,58	51.208,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		231.149,72	247.400,58
		335.338,28	358.005,72
Total do passivo		555.225,68	650.787,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.866.183,39	2.984.300,18

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado



ANEXO - 2018

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação: Fundação Ferreira Freire

1.2– Sede: Largo Ferreira Freire, 1 – 3060-522 Portunhos

1.3 – Natureza da actividade: A Fundação Ferreira Freire é uma IPSS, criada por despacho do Ministro da Saúde e Assistência em 26 de Março de 1962, com publicação no Diário do Governo n.º 83, III série, em 7 de Abril de 1962.

Encontra-se registada sob o n.º 30/85 na Direcção Geral da Segurança Social, com última publicação aprovada por despacho dos Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares em 22/07/2014.

Tem por objectivos prioritários o desenvolvimento de actividades de protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho, bem como assistência a pessoas com deficiência.

Actualmente tem acordos com a segurança social para as valências de ERPI (com 2 acordos), Apoio Domiciliário e Centro de Dia, com a frequência em 31 de Dezembro de 94, 15, 11 e 13 utentes respetivamente.

Acessoriamente desenvolve também actividades silvícolas e agrícolas.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, de acordo com Decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-lei 98/2015 de 2 de Junho, portarias 218 e 220/2015 de 23 e 24 de Julho respetivamente e aviso 8259/2015.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização para as entidades do sector não lucrativo que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização para as entidades do sector não lucrativo.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Os valores constantes das demonstrações financeiras do ano de 2018 são comparáveis em todos os aspectos com os valores do ano de 2017.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

a) Bases gerais de mensuração das demonstrações financeiras

a1) Ativos fixos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis referem-se a programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta e em conformidade com o período de vida útil estimado.

a2) Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta e em conformidade com o período de vida útil estimado.

a3) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos rústicos que se encontram arrendadas a agricultores.

As propriedades estão valorizadas de acordo com o seu valor matricial.

Os custos suportados com estas propriedades são reconhecidos como gastos do período.

a4) Inventários

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o FIFO como forma de custeio em sistema de inventário permanente.

Os activos biológicos consumíveis referem-se a árvores em crescimento para abate valorizadas de acordo com a fase de crescimento, sendo revisto, a cada 3/4 anos, e os de produção a árvores de fruto valorizadas ao custo de aquisição.

a5) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Créditos a receber – Encontram-se mensuradas pelo seu valor nominal, não vencem juros nem existem descontos.

ii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros - Encontram-se mensuradas pelo seu valor nominal, não vencem juros e os descontos são residuais.

iii) Empréstimo – Encontra-se registado pelos valor em dívida.

iv) Caixa e depósitos bancários – Os montantes destas rubricas correspondem a:

- 482,49 € em caixa

- 86.449,92 € em depósitos à ordem

v) Investimentos financeiros:

Participação no capital da Cooperativa Agrícola de Souselas -3.397,65 €

Fundo de Compensação do Trabalho – 5.904,45 €

a6) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e líquido de descontos.

b) Outras políticas contabilísticas

b1) Benefícios dos empregados

Encontram-se reconhecidos os gastos dos empregados referentes a férias e subsídios de férias do ano de 2018 a serem pagos no decorrer do ano de 2019.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações por parte da instituição.

d) Principais fontes de incertezas das estimativas:

As estimativas efetuadas têm um impacto bastante reduzido nas contas apresentadas e uma grande probabilidade de ocorrerem.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Não foram alteradas as políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas efetuadas têm um impacto bastante reduzido nas contas apresentadas e uma grande probabilidade de ocorrerem.

3.4 – Correção de erros de exercícios anteriores

Não foram detetados erros que implicassem alterações às demonstrações financeiras.

4 – Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, sem revalorizações e deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas pelo método da linha recta e em conformidade com o período de vida útil estimado, a saber:

Edifícios	- 50 anos.
Outras Construções	- 10 anos.
Equipamento básico	- entre 4 e 10anos
Equipamento de transporte	- 8 anos
Equipamento administrativo	- entre 5 e 16 anos
Outro ativo fixo tangível	- entre 8 e 20 anos

Jazigos – A Fundação é proprietário de um Jazigo no cemitério de Portunhos. O seu valor contabilístico líquido é de 834,00 euros e entendeu-se que o bem não deverá continuar a ser amortizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente, sendo o efeito de alguma alteração nas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por natureza.

No corrente não foram efectuadas quaisquer alterações.

5 – Ativos intangíveis

Os activos fixos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações, calculada pelo método da linha reta e de acordo com período de vida útil estimado de 4 anos.

Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos intangíveis com vida útil finita

	Descrição	Programas de computador
1	Quantia bruta escriturada inicial	9.651,59
2	Amortizações acumuladas iniciais	8.485,65
3=1-2	Quantia líquida escriturada inicial	1.165,94
4=5-6	Movimento do período	-670,47
5	Adições em 1ª mão	0,00
6	Amortizações do exercício	670,47
7=1+5	Quantia bruta escriturada final	9.651,59
8=2+6	Amortizações acumuladas finais	9.156,12
9=7-8	Quantia líquida escriturada final	495,47

6 – Custo de empréstimos obtidos

Com vista a melhorar a tesouraria mensal e reduzir os juros pagos, em abril do corrente ano foram renegociados e agregados num só, os empréstimos contraídos junto da CCAM em março de 2014 no valor de 300.000,00 € e maio de 2017 no valor de 150.000,00 €.

O novo empréstimo, no valor de 268.000,00 €, foi celebrado pelo prazo de 48 meses, sendo o valor em dívida à data de 31 de dezembro de 219.887,40 €.

Os juros suportados no ano e levados a gastos do período totalizaram 7.108,53 €.

7 – Inventários

As matérias e materiais de consumo são registados pelo custo de aquisição, sendo utilizado o inventário permanente e o método FIFO como sistema de custeio.

Os activos biológicos de consumo referem-se a árvores em crescimento para abate e estão valorizadas de acordo com o valor actual, caso fossem abatidos à data, e os de produção encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Descrição	Inventários iniciais	Compras	Reclassif. e regularização de inventários	Inventários finais	CMVCM
Ativos biológicos	60.092,16			60.092,16	
Géneros alimentares	2.879,07	192.364,43		3.673,78	191.569,72
Produtos de higiene e limpeza	6.951,85	71.808,61		3.845,34	74.915,12
Prod. enfermagem	5.194,03	14.993,21		6.967,89	13.219,35
Produtos higiene pessoal	1.064,01	24.487,06		913,25	24.637,82
Fertilizantes e produtos agrícolas		633,68			633,68
Total	76.181,12	304.286,99	0,00	75.492,42	304.975,69

8 – Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são reconhecidos segundo a sua natureza e de acordo com o período a que dizem respeito, independentemente do seu recebimento ou pagamento, utilizando-se o seu acréscimo ou diferimento sempre que os mesmos se repercutam em dois ou mais períodos contabilísticos, sendo mensurados de acordo com o valor recebido (a receber) ou pago (a pagar) respetivamente.

9 – Provisões, passivos e ativos contingentes

O saldo de 4.087,85 euros foi transferido da conta 29 – Provisões, para a conta 219 – Perdas por Imparidade.

10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 - Política contabilística adotada para os subsídios do governo

Os subsídios ao investimento são contabilizados pela sua totalidade na conta 593, sendo levados a rendimento do exercício na mesma proporção da amortização do activo beneficiário do subsídio. A contabilização é efetuada na conta 7883.

Subsídios ao investimento reconhecidos no ano

Conta	Designação	Saldo em 31-12-17	Valor Imputado	Saldo em 31-12-18
5932	MASES	89.436,89	2.081,08	87.355,81
5933	Painéis solares	16.441,03	5.480,36	10.960,67
5934	Obras - ADELO	14.140,16	321,37	13.818,79
5935	ERPI II – Câmara de Cantanhede	47.926,75	1.024,00	46.902,75
5936	Mobiliário - ADELO	10.443,11	2.899,11	7.544,00
5936	Carrinha SAD - ADELO	6.466,13	1.616,53	4.849,60
5937	Obras Capela - ADELO	22.511,62	479,87	22.031,75
5938	Fundo Soc. Social- Snozelen/Carrinha/Fisiot.	38.523,80	6.695,15	31.828,65
Total		245.889,49	20.597,47	225.292,02

Os subsídios à exploração são contabilizados na conta 75, sendo de 831.776,45 euros da Segurança Social referente aos acordos celebrados para as valências, de 5.680,45 euros do IEFP de contratos CEI e medida Estimulo Emprego e de 746,28 do POAPMC.

11 – Instrumentos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros estão valorizados ao custo.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros			129.932,93	
Créditos a receber			35.604,40	
Outras contas a receber			7.396,12	
Outros ativos financeiros (Cx. e Depósitos)			86.932,41	
Passivos financeiros			555.225,68	
Fornecedores			49.590,98	
Financiamentos obtidos			219.887,40	
Outras contas a pagar			285.747,30	

Não existem dívidas da entidade superiores a 5 anos.

As dívidas à entidade superiores a um ano resultam de prestações de serviços, totalizam 7.396,10 euros. Está registada uma perda por imparidade de 4.087,85 euros, valor que dificilmente irá ser recebido.

Conforme referido na nota 6, está em dívida à CCAM de Cantanhede o empréstimo com valor à data de 31 de dezembro de 219.887,40 €. A dívida está a ser amortizada mensalmente de acordo com o plano de pagamentos.

12 – Benefícios dos empregados

12.1 – Número médio de empregados

Durante o ano de 2018, o número médio de empregados foi de 84.

Nº de funcionários em 31 de Dezembro

Nº de funcionários	Funções desempenhadas
1	Directora Técnica (Técnica Superior de Serviço Social)
2	Técnica Superior de Serviço Social
1	Contabilista Certificado
1	Escriturária
1	Encarregada de Serviços Gerais
1	Técnico Superior Animação Sociocultural
1	Terapeuta Ocupacional
6	Enfermeiros
44	Ajudantes de Acção Directa
1	Fisioterapeuta
3	Cozinheiras
5	Ajudantes de Cozinha
3	Lavadeiras
10	Trabalhadores Auxiliares
1	Operador de computador
1	Capataz Agrícola
2	Encarregado de Setor
84	

Em regime de prestação de serviços acrescem 2 médicos e 1 advogado, além de 1 Contrato Emprego Inserção através do IEFP.

12.3 – Número de membros dos órgãos directivos.

Os órgãos diretivos, constituídos por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Direção Executiva são constituídos por 3 elementos em cada um.

Conselho Fiscal

Presidente: Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede;

Vogal: Ivanildo Farias da Silva, Pároco da freguesia de Tentúgal; -

Vogal: Nuno Miguel Pessoa Caldeira, representante da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariga.

Conselho de Administração

Presidente: Alberto Manuel Ferreira Barreto, nomeado pelo Conselho Fiscal cessante;

Vice-Presidente: João Pedro Lopes da Silva, Pároco da Paróquia de Portunhos;

Vice-Presidente: Anabela da Costa Heleno Agostinho, em representação da União de Freguesias de Portunhos e Outil.

Direção Executiva

Presidente – Alberto Manuel Ferreira Barreto;
Vogal – Helena Maria Adro Santos Rodrigues;
Vogal – Fernando dos Santos Nobre.

Todos os cargos são desempenhados de forma gratuita.

14 - Agricultura

A instituição dispõe de uma área florestal composta à base de eucaliptos, pinheiros e carvalhos para abate e venda. As valorizações encontram-se efetuadas de acordo com a fase de crescimento, estando as árvores com crescimento mais lento ainda valorizadas ao custo de aquisição.

Existem também ativos biológicos de produção, nomeadamente marmeleiros, que se encontram registados de acordo com o custo de aquisição.

Ativos biológicos em 31 de Dezembro

CONTA	PLANTAS DE CONSUMO	VALOR
371201	ÁRVORES ATÉ 31/12/2011	54.003,81
371202	EUCALIPTOS 2013	159,00
371204	PINHEIRO MANSO 2013	271,45
371205	CARVALHO AMERICANO 2013	2.135,73
371206	EUCALIPTOS 2014	360,00
371207	CARVALHO ALVARINHO	216,00
371208	EUCALIPTOS 2015	296,17
	PLANTAS DE PRODUÇÃO	
372201	MARMELEIROS - 2012	2.650,00

16 – Outras divulgações

As notas sem divulgação não têm aplicação na instituição.

Quadro Nota 5 - Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos tangíveis

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	287.316,80	3.355.414,58	491.645,42	229.270,01	107.946,08	40.736,32		4.512.329,21
2	Depreciações acumuladas iniciais		1.051.151,36	405.188,85	181.405,17	85.125,15	18.766,44		1.741.636,97
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								
4=1-2-3	Quantia líquida escriturada inicial	287.316,80	2.304.263,22	86.456,57	47.864,84	22.820,93	21.969,88		2.770.692,24
5=5.1-5.2+5.3 a 5.6	Movimentos do período	0,00	-98.226,44	-14.184,34	-11.001,43	-7.242,04	199,39		-130.454,86
5.1	Total das adições	0,00	0,00	4.719,80	0,00	1.267,42	4.087,62		10.074,84
	Adições em 1ª mão			4.719,80		1.267,42	4.087,62		10.074,84
	Aq. através de conc. de act. empresariais								
	Outras aquisições								
	Estimativa de custos de desmantelamento								
	Trabalhos para a própria entidade								
	Acréscimo por revalorização								
	Outras								
5.2	Total das diminuições	0,00	98.226,44	18.904,14	11.001,43	8.509,46	3.888,23		140.529,70
	Depreciações		71.154,14	18.904,14	11.001,43	8.509,46	3.888,23		113.457,40
	Perdas por imparidade								
	Alienações		27.072,30						27.072,30
	Abates								
	Outras								
5.3	Reversões de perdas por imparidade								
5.4	Transferências de AFT em curso								
5.5	Transf. de/para act. não correntes p/ venda								
5.6	Outras transferências								
6=4+5	Quantia líquida escriturada final	287.316,80	2.206.036,78	72.272,23	36.863,41	15.578,89	22.169,27		2.640.237,38